

APRESENTAÇÃO

O presente tomo de Lusitania Sacra aborda aspectos da contemporaneidade portuguesa e é organizado, tematicamente, em torno de dois pólos: protestantismo e catolicismo. A problematização para que remete é a da diversificação mental e religiosa verificada no país ao longo dos dois últimos séculos.

Tal diversificação compreende-se num alargado processo histórico em que se enquadram as mutações verificadas na sociedade e na cultura portuguesas de Oitocentos, nomeadamente a emergência do liberalismo político e ideológico. É essa ambiência sócio-cultural e ideológica que é apresentada no artigo de Zília Osório de Castro com que a Revista abre, “Cultura e ideias do liberalismo”, resultado de uma sua colaboração com a Faculdade de Teologia da Universidade Católica, no Curso de Verão sobre “Religiosidade e Secularização em Portugal”. A afirmação dos ideários liberais corresponde à ampliação do entendimento da sociedade como pluralidade, com vários níveis de autonomia, próprios do processo de secularização, tal como o texto refere. Começando por uma ressalva metodológica, nele se afirma: «[...] se bem que o liberalismo postule a liberdade, nem este tem um sentido unívoco, nem ser liberal pressupõe um único modo de ser e de estar, nem as sociedades e os estados que o invocam lhe aplicam o mesmo significado. Sendo assim, falar de liberalismos talvez seja a atitude conceptualmente mais correcta, desde que seja a ideia de liberdade o ponto fulcral de toda a reflexão, por nela radicarem as suas raízes conceptuais e o seu significado cultural». Analisando as raízes culturais e o processo histórico de afirmação plural do liberalismo, nomeadamente a relação do homem com o tempo e a história, a autora sublinha que «o liberalismo na sua origem e concretização ao longo do século XIX, foi representativo da secularização política, com acentuações circunstanciais de tradição e de evolução que individualizaram as diversas formalizações [...]»; formalizações que analisa, através da obra de grandes clássicos, sublinhando a relação entre racionalidade e temporalidade como as coordenadas em torno das quais se definem e articulam diversas tradições filosóficas e políticas.

É ainda no campo desta diversificação mental e religiosa que se situa o trabalho de Luís Aguiar Santos: *“Protestantismo em Portugal (sécs. XIX-XX): linhas de força da sua história e historiografia”*. Nele se afirma: *«De facto o aparecimento e desenvolvimento do Protestantismo em Portugal é parte de um problemática mais geral: a da lenta desagregação do paradigma da uniformidade confessional na sociedade portuguesa e cujas origens podemos remontar ao fim do século XVIII». Analisando a passagem da situação de tolerância de facto à tolerância de jure, no alargado arco temporal que vai do liberalismo à actualidade, o autor concentra-se, de seguida, na análise da dinâmica interna do Protestantismo português, a partir de uma tripartida categorização dos movimentos religiosos entretanto surgidos no seu seio: Igrejas “sino-dais”; Denominações “congregacionais”; Igrejas e Denominações “não ecuménicas”. Por último, tece algumas considerações acerca do “Protestantismo português” que, historicamente, considera ser um objecto de estudo coerente, para além das diferenças teológicas e institucionais de cada uma das suas expressões individualizadas: «O Protestantismo no seu todo plural foi desde o século XIX em Portugal uma experiência de diferenciação relativamente à forma dominante de ser cristão, a do catolicismo romano».*

Os restantes artigos da Revista abordam aspectos vários da dinâmica do catolicismo nos séculos XIX e XX. Dois textos referem-se à presença da Companhia de Jesus no país, embora a partir de temas e perspectivas distintas. No primeiro deles, Nuno Olaio apresenta o percurso do padre Carlos João Rademaker, “restaurador da Companhia de Jesus em Portugal”, situando a sua acção no seio do chamado catolicismo intransigente e no quadro do movimento de recomposição do catolicismo português no século XIX: *«Carlos Rademaker encontrava-se imbuído num espírito de missão, entendido enquanto empresa de Deus, para uma nova evangelização» em «resposta ao contexto de crise»*. O percurso deste jesuíta surge, assim, como um importante testemunho para a compreensão do debate cultural, ideológico e político travado, desde meados do século, em torno da questão religiosa, onde as ideias de regeneração católica e de regeneração nacional parecem convergir. Segundo o autor: *«O paradigma de regeneração oitocentista encarnado por Rademaker, algo que Alexandre Herculano apelidou perjurativamente de neocatolicismo, significa uma reacção positiva por parte da Igreja para o estabelecimento de uma nova mundivivência católica alicerçada no neotomismo»*.

Por seu turno, José Eduardo Franco analisa a questão do anti-jesuitismo em Portugal, de Pombal à Primeira República, procurando

identificar e dissecar os tópicos mais recorrentes nas diversas formas discursivas que contribuíram para uma figuração mítica e “diabolização” dos Jesuítas num processo de dicotomização da realidade, «cindindo-a entre trevas e luz, entre progresso e decadência, entre liberdade e escravidão», definindo assim o lugar de um “Nós” e de um “Outro”. «O Nós é aquele que planifica e persegue incansavelmente a realização de uma utopia luminosa, positiva, a utopia do progresso, da felicidade do povo, da harmonia social, da regeneração dos corpos sociais pela educação moderna e esclarecida do indivíduo. Este Nós é entendido por vezes como sendo o Estado e os seus agentes, outras vezes é um grupo político-ideológico, mas o Nós concentra sempre o ideal de exaltação e progresso nacional e a elevação da pátria [...]. O Outro são os Jesuítas e a sua filosofia de vida, o pensamento político, a sua acção social e educativa e a sua influência religiosa que é mais um estado de espírito que é geralmente designado de jesuitismo [...]». A finalidade do mito é explicar o que era considerado como a «decadência do país» e «promover a higienização do mal» que supostamente lhe estaria na origem. Nesta perspectiva, o mito jesuítico surge, para o autor, como o reverso do mito do sebastianismo, tendo como denominador comum o facto de ambos resultarem de «um diagnóstico negativo feito à realidade da nação portuguesa». «Assim, enquanto que o mito do sebastianismo é o fruto de uma utopização positiva, em resultado da desilusão frente ao estado da nação, o mito jesuíta decorre da constituição da Companhia de Jesus como locus de catarse desse mesmo estado nacional decaído».

É também no campo do estudo da mitologia nacional se situa o artigo de Ernesto Castro Leal: «Nuno Álvares: símbolo e mito nos séculos XIX e XX». Se o processo de canonização de Joana d’Arc, em França, foi um importante estímulo para a beatificação de Nun’Álvares e subsequente culto oficial, a partir de 1918, a ideia da sua exemplaridade ética, política e patriótica, encontrava-se já enraizada em parte das elites portuguesas desde o século XIX. Começando por referir «o dispositivo litúrgico apoteótico – popular, oficial, publicista – desenvolvido desde o século XVI até meados do século XX», que provocou múltiplas representações ligadas à ideia do político, do herói, do santo e até do místico, o texto propõe-se percorrer os principais “lugares da memória” com particular incidência para «o período mediado entre os anos 70 de Oitocentos e os anos 50 de Novecentos»: Literatura e História; Arte; Monumentos ou Panteonização; Associações; e, por último, Culto religioso e Culto cívico. Na análise feita sublinha-se o significado da convergência entre ambos os cultos, num modelo celebrativo iniciado em

1928 (peregrinação seguida de romagem), culminando em 1931 no 5º Centenário da Morte de Nuno Álvares Pereira. Assinala-se assim um novo ciclo no comemorativismo histórico oficial, que se prolonga com grande vigor nos anos 40 mas que perduraria, pelo menos, até 1960, ano do 6º Centenário do Nascimento de Nuno Álvares Pereira, coincidindo também com o 5º Centenário da Morte do Infante D. Henrique. O artigo termina com um conjunto de considerações finais, nomeadamente acerca da importância do recurso simbólico a Nun'Álvares como factor de unificação dos vários nacionalismos portugueses, desde os anos 90 do século XIX até finais dos anos 30 do século XX. E referindo-se ao particular significado da forte dinâmica cultural contemporânea ao Santo Condestável, verificada entre 1918 e 1940, conclui: «Toda a ritualização cívica e religiosa praticada contribuiu para a articulação institucional entre a Igreja Católica, as Forças Armadas e a Administração Pública, enraizando em áreas da elite nacionalista, que serão importantes segmentos da elite do “Estado Novo”, uma imagem orgânica e funcional do Poder».

Das relações institucionais do Estado Novo com a Igreja Católica ocupa-se Bruno Cardoso Reis no artigo seguinte: «A Concordata de Salazar? Uma análise a partir das notas preparatórias de Março de 1937». Duas questões orientam o texto: «De que forma a Concordata se integrou no projecto político do fundador do Estado Novo? De que forma a Concordata – no seu texto e no processo negocial que lhe deu origem – permite perceber mais claramente a posição de Salazar relativamente aos pontos chave da questão religiosa aberta pela separação entre Estado e Igreja a partir de 20 de Abril de 1911?». Se a complexidade do processo negocial é conhecida, estendendo-se por um período de três anos e desdobrando-se na negociação de um texto paralelo (o Acordo Missionário), a identificação das grandes fases e crises negociais permite ao autor avaliar o papel dos diversos intervenientes, e perspectivar melhor a postura negocial de cada um, no quadro mais geral das relações Estado-Igreja. Nesta perspectiva, conclui sublinhando que a natureza do “sistema de separação cordial” estabelecido (uma separação concordatada) se enquadra, em traços gerais, na linha geral adoptada pelos países de estrutura demo-liberal europeus reconhecendo embora que «esta é uma separação que tem sobretudo nas voluntárias omissões, possibilidades neo-regalistas»; possibilidades que nos momentos de crise nacional se evidenciariam com maior facilidade.

«Os meios católicos portugueses perante a guerra colonial: reconfigurações da questão religiosa» é o tema do artigo de Nuno Estevão, que

analisa exactamente um dos tópicos da identidade e crise nacionais neste período: a questão ultramarina. O autor procura demonstrar a relação estabelecida entre os posicionamentos dos católicos em face das guerras desencadeadas entre o Estado português e os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné e o que designa como a «reconfiguração da questão religiosa na sociedade portuguesa» desde finais dos anos 50 até às mudanças políticas de 1974. Tal reconfiguração caracteriza-se nomeadamente pela «desvalorização de um modelo unitário de catolicismo e com pretensões hegemónicas sobre a sociedade» evoluindo para a percepção do catolicismo como espaço plural, em articulação com outros sectores sócio-culturais. De algum modo, e ainda que circunscrevendo-se a análise à dimensão política, o artigo descreve um movimento de diferenciação interna ao próprio catolicismo que o autor resume do seguinte modo: «o conflito colonial implicou modificações relevantes no plano da relação entre os católicos e a sociedade, nomeadamente: os elementos introduzidos numa problemática que se encontrava em discussão contribuíram para que alguns sectores exercessem o seu direito de cidadania e constituíram um factor significativo na afirmação de um contexto social de laicidade. As reivindicações de cariz político e a respectiva formalização alteraram o panorama da compreensão e do exercício do religioso, assim como o enquadramento da sua relação com a sociedade».

É ainda no alargado período da transição democrática portuguesa, que se inicia antes e se prolonga para além de 1974, que se situa o artigo seguinte, da autoria de Nelson Costa Ribeiro: «A Rádio Renascença na transição de regime: do 25 de Abril ao 25 de Novembro». Integrando um trabalho mais amplo realizado no âmbito de um trabalho final do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica Portuguesa, a investigação procura balizar e analisar as várias fases de um complexo processo social e político em que “o caso” da Rádio Renascença (RR) se integra. Da trama dos acontecimentos, o autor retira várias conclusões: «o caso da RR tem grande impacte na situação política que se viveu em Portugal no pós 25 de Abril, nomeadamente no Verão Quente de 75, quando, no Norte e no Centro do país, milhares de pessoas se mobilizaram em redor do Episcopado e da Emissora Católica, não só defendendo a restituição da RR à Igreja Católica, como também manifestando o seu desagrado para com o processo político que estava a ser percorrido pela revolução». E, como sublinha o texto, se este caso se transformou «numa das lutas político-ideológicas com maior visibilidade junto da sociedade portuguesa, graças à forte tradição e ao elevado nível de implantação da Igreja Católica», este período «ficou igualmente marcado por um debate

sobre o papel que a Igreja Católica deveria assumir na nova sociedade». «Esta discussão, situada no seio da própria Igreja, está patente nos diversas posições, muitas vezes contraditórias, tomadas por diversos sectores católicos em relação ao caso da RR» – conclui.

O último dos artigos, da autoria de J. Pinharanda Gomes inscreve-se ainda no campo de estudo do catolicismo, mais concretamente no da sua relação com a sociedade no âmbito da reflexão cultural contemporânea: «Aspectos da filosofia católica em Portugal na segunda metade do século XX». Percorrendo as várias tradições filosóficas presentes em Portugal, o artigo assinala os autores, obras e iniciativas mais relevantes no panorama cultural português. E conclui, em jeito programático, com algumas considerações em torno do diálogo fé/razão. Um debate em aberto que nos conduz à possibilidade de, em tempos de autonomização da filosofia relativamente à teologia – num movimento de secularização cultural – se poder questionar a validade operativa do conceito de “filosofia católica”, como aconteceu, aliás, com parte significativa das elites culturais católicas, num movimento que a reflexão teológica do II Concílio do Vaticano (1962-1965) ractificaria.

* * *

Seguindo a estrutura habitual da Revista, este tomo inclui ainda um conjunto de outros textos na secção Notas de Investigação. Os dois primeiros têm como ponto de partida a publicação de obras estrangeiras que, entretanto, suscitaram reflexões orientadas para o conhecimento da realidade portuguesa, referindo-se a temáticas não especificadamente confinadas à época contemporânea. Ana Maria Jorge apresenta os resultados de uma investigação sobre «Os participantes do 1º Congresso Católico Português (1871-1872)», acontecimento marcante no catolicismo português no final do século XIX. Dois outros textos introduzem dois momentos do debate do catolicismo com a arte moderna no século XX: em «A Igreja de Nossa Senhora de Fátima em Lisboa e arte moderna em Portugal», Paulo Alexandre dos Santos Costa analisa a polémica suscitada pela construção daquela igreja nos anos 30, sublinhando o papel determinante do cardeal-patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, na decisão de avançar com o projecto; José Carlos Pereira analisa «O Movimento de Renovação da Arte Religiosa e o papel artístico e pastoral do seu Boletim», que tão importante foi nos anos 50 e 60 em Portugal.

Já Maria de Lurdes Rosa reflecte sobre a relação entre a história da santidade e a hagiografia, tendo como ponto de partida a publicação de

um estudo de caso: «“Fazer história” para “fazer santos”: uma (im)possível compatibilidade». O debate está em aberto, a propósito, aliás, de uma iniciativa patrocinada pelo Centro de Estudos de História Religiosa.

Uma novidade surge neste tomo: a abertura de uma nova secção: Testemunhos. De facto, dada a especificidade da problemática contemporânea e a necessidade de se estabelecer, com rigor, a distinção entre fontes e estudos historiográficos, esta pareceu a melhor solução, de modo a permitir o conhecimento de textos significativos para o avanço do conhecimento histórico, a que, de outro modo, não se teria acesso. No caso concreto, a publicação de um texto de António Cerejo sobre o Padre Abel Varzim (1902-1964) permite à Revista Lusitania Sacra assinalar o centenário do nascimento de tão marcante figura do catolicismo português.

É também em jeito de memória que se inicia a secção Crónica relembrando a figura do Professor Isaías da Rosa Pereira, último responsável pela publicação da Lusitania Sacra antes da sua integração na Universidade Católica Portuguesa, como órgão do Centro de Estudos de História Religiosa. A secção integra ainda múltiplas notas de informação e avaliação relativas às mais variadas iniciativas com interesse para a História Religiosa de Portugal.

A fechar, a habitual secção de Recensões e listas de Livros Oferecidos e de Revistas em Permuta.

* * *

Uma última palavra, ainda de apresentação, se impõe: a realização deste tomo de Lusitania Sacra resultou do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro de Estudos de História Religiosa, onde desde há alguns anos se vem promovendo o debate e a reflexão sobre as questões aqui abordadas. Tal reflexão tem sido realizada tanto em articulação com o trabalho de docência universitária, quanto a partir do desenvolvimento de alguns projectos de investigação, nomeadamente «O movimento católico e a presença da Igreja na sociedade», este com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que aqui se regista.

Paulo Fontes